

## **TORÉ, RELIGIÃO E POLÍTICA:**

O xamã Tabajara na liderança em Piripiri - Piauí

Hélder Ferreira de Sousa  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr/ Brasil  
hintwoi@ufpi.edu.br

### **RESUMO**

Busco neste trabalho descrever em que sentido a aposta nas identificações étnicas e na luta da organização indígena piauiense Associação Itacoatiara e das primeiras famílias-membros foram importantes para o desenrolar do movimento indígena no Piauí da atualidade. A questão que perseguirei é quais evidências podem ser trazidas para afirmar que, pelo menos até o instante, e sem considerar fissões e conflitos internos ao movimento, que perspectivas podem ser aguardadas para o futuro próximo, tendo como base a ideia de que outras evidências apontam para mudanças ou ampliações do âmbito de registros de diferenciais étnicos capazes de trazer novas luzes sobre o movimento dos indígenas no Piauí e em Piripiri.

Palavras-chaves: Identidades étnicas; Reidentificações; Religiosidades indígenas.

### **RESUMEN**

En este trabajo busco describir en qué sentido la apuesta por las identificaciones étnicas y la lucha de la organización indígena Piauiense Associação Itacoatiara y las primeras familias miembros fueron importantes para el desarrollo del movimiento indígena en Piauí hoy. La pregunta que voy a examinar es qué pruebas se pueden aportar para afirmar que, al menos hasta el momento, y sin considerar comisiones y conflictos internos al movimiento, que las perspectivas pueden esperarse para el futuro próximo, sobre la base de la idea de que otras pruebas apuntan a cambios o expansiones en el alcance de los registros de diferenciales étnicos capaces de traer nueva luz sobre el movimiento indígena en Piauí y Piripiri.

Palabras clave: identidades étnicas; Re-identificaciones; Religiosidades indígenas.

## COM A FORÇA DO TORÉ ENCANTADO

Uma de nossas bases neste trabalho é a entrada no Piauí, no complexo jogo de diferenças de aspectos étnicos, espaços como o da religiosidade indígena amparada no Toré<sup>1</sup>, através de novos atores políticos, como por exemplo, o pajé Chicão. Neste momento parte da religiosidade presente no movimento está personificada na força político religiosa do xamã, e na ligação deste com membros da comunidade de terreiros de umbanda na cidade de Piripiri. O pajé, com quem mantenho contato depois de ter entrado no campo em 2015, para a pesquisa que gerou o trabalho de tese de doutorado, já é incontestável referência no contexto das etnicidades indígenas do Piauí. Sua ação política e religiosa neste terceiro momento da pesquisa e de minha observação é um diferencial em relação aos momentos iniciais do movimento. Sobre sua atuação discorrerei mais adiante.

Recentemente, em setembro de 2017, durante o III Fórum de Museus Indígenas, na localidade Nazaré, uma das recentes reivindicações de base étnica existentes na região, localizada no município de Lagoa de São Francisco, na circunvizinhança de Piripiri, quase fronteira entre os estados Ceará e Piauí, ouvi do cacique Zé Guilherme que este jamais imaginou que em algum momento se reuniriam tantos indígenas, de variadas situações e regiões do Brasil, alguns de outros países, com vários objetivos, dentre eles o de manifestar apoio aos indígenas do Piauí e suas reivindicações.

É importante destacar que historicamente, cada um dos grupos no Nordeste parece resultado de mudanças que cindiram e fundiram estes povos, fatos que ocorreram ao longo de seu adverso e antigo contato com grupos não indígenas: envolvidos nas lutas entre portugueses e holandeses, em primeiro momento; depois obrigados a escolher entre as alternativas de serem confinados em aldeamentos missionários ou transformarem-se em alvo da violência, de bandeirantes e criadores de gado; os índios fomos pressionados a abandonar nossas identidades étnicas ou nossas terras, no período posterior à Lei de Terras de 1850.

As modificações políticas, sociais, econômicas, entre outras, por que passa a região Nordeste do Brasil: a presença ou a ausência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as reivindicações sobre a garantia de permanência nas poucas terras de que

---

<sup>1</sup> Sobre o Toré ver GRÜNEWALD, Rodrigo de. **Toré**: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Fundaj/Massangana, 2005.

ainda dispõem, além da perspectiva de recuperarem as terras solapadas no processo de relação entre indígenas e não indígenas têm proporcionado um contexto favorável onde grupos que se ocultavam silenciados pelas perseguições do passado – algumas mesmo no presente –, venham reivindicando o reconhecimento de suas identidades indígenas, voltando a reassumi-las. É por esta e outras razões que no Nordeste é palco de complexa encenação em que povos há muito tomados como “desaparecidos” desdobram, se misturam, se identificam e reidentificam.

Nos últimos cinquenta anos, entretanto, o pressuposto de que os índios simplesmente deixariam de existir, comum nos discursos das elites intelectuais e políticas que participaram nos processos de formação da nação passaram a ser colocados em dúvida e mesmo revertidos, de modo que hoje, talvez pela primeira vez na história do Brasil, paira certa nuvem de otimismo no horizonte do futuro dos povos indígenas, em relação à sua existência concreta. A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão política – tais como as organizações indígenas –, reivindicam e reconquistam direitos históricos. O novo indigenismo, por seu turno, encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas a partir de interesses acadêmicos mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos povos indígenas.

Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da pretensa conquista. De fato, tem-se assistido nos últimos anos uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil. São novas não apenas em termos de sua formação recente, mas antes em função de suas características políticas, refletindo o movimento mais geral da organização da sociedade civil, porém representando igualmente uma ruptura especialmente forte com um longo passado de dependência no Estado, que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América. (MONTEIRO, 2001, p. 223)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas. UNICAMP, 2001. **Tese de Livre Docência.**

## IDENTIDADES ÉTNICAS SILENCIADAS

A busca neste trabalho, portanto, é examinar a luz do conceito de identificações étnicas, definido e utilizado aqui como um exemplo de identidade social em geral, em que processos de categorização social, externamente localizados são extremamente influentes na produção e reprodução das identidades sociais. Em que medida a eclosão de uma organização indígena pode propulsionar e servir de local para processos de identificação e reidentificação de grupos de indígenas? De que modo trajetórias sociais das famílias e de seus membros são incorporadas no jogo das identidades, para si e para outros?

Considero que um dos dispositivos de desidentificação, a perpetuação da ideia de suposta inexistência indígena, parte deste está ancorado na possibilidade de que o genocídio tenha obtido sucesso total, narrado regionalmente enquanto uma saga de heróis coloniais. A narrativa permitiu a hegemonia pós-colonial de determinados grupos familiares instalados na administração e burocracia do estado surgente. No interior deste quadro é que minhas memórias coletivas são resultados parciais de lembranças de minhas fases de criança e adolescente, que se conectam no decurso das experiências ao lado das famílias, e de outros grupos que foram surgindo ao longo de minha trajetória como indígena e profissional em Antropologia, algo com o que lido até este momento. Trata-se de mais uma peça no jogo sobre identidades no Piauí. Daí talvez provenha mais uma das emergências deste trabalho.

Assim é que, em determinado momento, quando eu, indígena nascido em Piripiri, Piauí, depois de haver me dado conta, através de processos informais e formais de educação, sobre a pretensa inexistência de indígenas na região do estado onde nasci, passo a paulatinamente atentar para a instabilidade de tal afirmação, segundo a qual não era verificada a presença de povos indígenas na porção geográfica que equivale ao atual território do estado do Piauí, apesar das inúmeras evidências em contrário. Um exemplo ao qual sempre recorro: o nome de minha cidade de origem, Piripiri, segundo o senso comum local e para alguns historiadores do lugar proviria de língua de raiz tupi e dizia respeito à quantidade do capim (*Cyperus giganteus*) existente às margens do Rio dos Matos, de jusante a leste da cidade, o mais volumoso e de maior extensão geográfica a cruzar o município. Embora considerando que sua presença estivesse no passado da região, como explicar que vivêssemos na mesma região destes falantes, sem guardarmos

nenhuma ligação de parentesco com aqueles? Estas questões me acompanharam parte da vida e paulatinamente puderam ser razoavelmente respondidas.

Ao menos em meu processo de educação formal, iniciado em minha cidade-natal a existência indígena, no entanto, não era referida. As personagens locais que deram nome aos logradouros públicos e ruas da cidade – duques, majores, capitães e figuras de expressão nos cenários políticos locais e nacionais – nenhum deles faz referência a grupos indígenas ou à memória dos povos indígenas. Mesmo o Parque Nacional de Sete Cidades, criado na década de 1960, cujo território parte já esteve dentro dos limites do município até bem recentemente, não era referenciado como “indígena” e mais exaltado como suposto lugar de presença viking, no passado longínquo. Os livros utilizados nas escolas do município também não fazem qualquer referência à existência de indígenas em sua jurisdição.

Por outro lado, é para a região de Piripiri, localizada nas fronteiras da região da Serra da Ibiapaba, nos limites entre Piauí e Ceará, que parte das populações indígenas ou não, forçadas a abandonar seus territórios no vizinho estado, fluiu no passado e no presente, em determinados momentos de sua história coletiva e específica. Foi na cidade de Piripiri que encontraram outras famílias com histórias mais ou menos similares e juntas fundaram uma organização indígena, a primeira que se tem notícias desde o século XX.

## **SOBRE IDENTIDADES ÉTNICAS E IDENTIFICAÇÕES**

O tema das etnicidades tem se mostrado bastante prolífico, particularmente no que diz respeito ao âmbito das ciências humanas e sociais. O reflexo do quadro da extensa produção pode indicar de que maneira, principalmente a partir da década de 1970, quais caminhos têm sido encontrados para abordar o terreno fértil e importante deste lugar de interesse, que tem suscitado tanta reflexão, considerando que os estudos sobre identidade tornaram-se objeto de uma série de debates, nos últimos tempos, como resultado em parte da globalização e, conseqüentemente, da “crise de identidade”.

Atualmente, as identidades culturais começaram a ser postas em cheque como resultado dos contatos interculturais. Todavia, dado a importância que este assunto ocupa nas relações sociais é impreterível buscarmos definir o assunto. Considero que fenômeno da identidade cultural pode ser tida como um complexo de valores, hábitos, crenças e conhecimentos de um grupo, que identifica seus membros como parte desta.

Portanto, a identidade tem a ver com o sentimento de pertencimento dos indivíduos enquanto parte dum grupo. No caso brasileiro, contumaz referência aos temas relativos à etnicidade e identidades étnicas dos povos indígenas dá uma noção de como tem sido tratadas e quais diferenças estão subsumidas às distintas abordagens feitas pelos quadros das ciências sociais, quando isto se refere às identidades étnicas.

Uma das tentativas de trazer luz a esta circunstâncias no Brasil foi feita por Athias (2007)<sup>3</sup>, ao traçar um quadro sistemático de como estas noções foram tratadas pelos antropólogos nacionais, propõe uma tipologia que encerra basicamente três correntes de reflexão, consideradas pelo autor como as mais importantes. A partir de recorte temporal iniciada no século XX, desde a primeira corrente, cuja essência estaria contida na ideia de “tipo étnico” e encabeçada por Roquette-Pinto até os desdobramentos destas reflexões, feitas mais recentemente por Roberto Cardoso de Oliveira.

Desta maneira utilizo como instrumento de reflexão sobre os fatos que observei e registrei em Piripiri, o conceito de etnia e seus desdobramentos. Sobre o conceito de etnia – e seus derivados, como os de “étnico” ou “étnica” – considero que este foi frequentemente utilizado, junto a outros conceitos como o de povo, raça e nação. Entre os autores clássicos, sobressai-se a abordagem desta questão feita por Max Weber, que propôs um tratamento específico enquanto conceito de valor sociológico. Apesar de Weber (1922)<sup>4</sup> ter investigado aspectos fundamentais das relações e ações etnicamente motivadas – a etnia, concretamente, não é “algo dado a priori”, pois possui funções, sobretudo políticas – uma identidade étnica se constrói pela consciência da diferença entre grupos e expressa, sobremaneira, certo conteúdo etnocêntrico. A concepção de etnia que vai predominar durante muito tempo é a de uma unidade homogênea e discreta, com uma cultura, uma língua e uma psicologia específica (TAYLOR, 1994)<sup>5</sup>.

A partir daquele período outros conceitos derivados como o de “unidade étnica” passarão a ser problematizados entre os anos 1950 e 1960, como noções que resultam da passagem do “não dito conceitual” a uma “frenética busca de definições” (GOSSIAUX, 1997, p. 30)<sup>6</sup>. É neste período que também começa a se desenvolver um

---

<sup>3</sup> ATHIAS, Renato. **A noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira**: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007. 133 p.

<sup>4</sup> WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. In: **Economia e Sociedade** (Vol.1). Brasília, Ed. UnB, 1991.

<sup>5</sup> TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme: différence et démocratie**. França, Aubier, 1994.

<sup>6</sup> GOUSSIAUX, Jean-François. “Ethnicité, nationalité, nation”. In: ABÉLES, Marc. **Anthropologie du politique**. Paris, Colin, p. 27 – 40, 1997.

entendimento gradual da existência de variações intraculturais, e de que estrutura comunal, identidade individual e aceitação de normas culturais nem sempre coincidem (ZENNER, 1996)<sup>7</sup>. O conceito de etnicidade surge em meados dos anos 1950, no domínio africano da antropologia social britânica, na sociologia e ciência política norte-americana (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998)<sup>8</sup>. Nesse contexto de pós-guerra e descolonização do continente africano, se inicia o que Jean Copans (1992)<sup>9</sup> qualifica de “crítica política da antropologia”. Trata-se de debate que vai adquirir proporções internacionais e atravessar os anos de 1960, sobre a utilização do saber antropológico, além de colocar em discussão responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos.

Um dos marcos de referência neste debate foi o artigo de Michel Leiris (1950)<sup>10</sup> *L'ethnologue devant le colonialisme*, por refletir a renovação de perspectiva introduzida por Max Gluckman e Georges Balandier em relação às teorias funcionalistas e ahistóricas até então predominantes. O grande desenvolvimento de estudos sobre etnicidade, principalmente a partir de 1970, estaria ligado a determinados tipo de conflito e de reivindicações qualificadas como “étnicas” que tomam corpo nas sociedades industriais e nas do Terceiro Mundo, e à influência exercida por Fredrik Barth (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998), destacando que Barth (1998) aborda os grupos étnicos enquanto uma forma de organização social, sendo o traço fundamental destes a auto atribuição ou a imputação por outros a uma categoria étnica. E de que modo os fenômenos da etnicidade

## ÍNDIOS NO PIAUÍ: ANTIGUIDADE, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA

A historiografia piauiense apresenta pelo menos duas narrativas sobre os primeiros contatos entre os índios e os brancos nas várias frentes de expansão. A primeira defendida por alguns historiadores da região refere-se à chegada, em 1662, do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, equivale à narrativa heroica do desbravamento. A segunda, a partir de 1670, a colonização, aconteceu do sertão para o

---

<sup>7</sup> ZENNER, Walter P. & GMELCH, George. **Urban life**: Readings in the Anthropology of the City. (4 th edition) pp.179 – 185. Long Grove, IL, Waveland Press, 1996.

<sup>8</sup> POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

<sup>9</sup> COPANS, Jean. Critique politique de l'anthropologie. In P. Bonte et M. Izard (dir.) **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris, PUF, 1992.

<sup>10</sup> LEIRIS, Michel. “L'Ethnologue devant le colonialisme”, In: **Les Temps modernes**, 6º ano, nº 58, agosto de 1950, p. 357-374.

mar. A primeira versão não interessou aos adeptos da narrativa da colonização porque não havia, da parte do herói desbravador, o interesse pela terra, mas na preação de índios. Na segunda, mais aceita pelos historiadores, os colonizadores passam a ocupar o “vazio”, e estabelecem os pequenos núcleos habitacionais, que posteriormente transformar-se-iam nas futuras povoações.

Neste sentido, possivelmente seja bastante esclarecedor conhecer, na narrativa histórica, a construção da representação construída pela narrativa sobre estes pais fundadores. Isto suscitaria outras questões pertinentes, mas que não cabem na brevidade deste trabalho. Entretanto, não custa citar que alguns historiadores nativos, como em *Roteiro Cronológico da História do Piauí: 1535 – 1995*<sup>11</sup> buscaram equilibrar a crueza da saga escravista e exterminadora em Domingos Jorge Velho e em Domingos Afonso Mafrense, afirmando que o primeiro “não foi somente um explorador de terras piauienses e um desbravador”, mas “inegavelmente, um vitorioso nas suas principais investidas de desbravamento do nosso sertão. É considerado o descobridor do Piauí”. Sobre o segundo bandeirante, o autor afirma que “no seu testamento Mafrense evoca, categoricamente a paternidade da conquista do Piauí” e seria o nome mais importante da colonização do Piauí (GONÇALVES, p. 9).

Se estas vertentes estão aparentemente em conflito, ambas são aceitas pela narrativa histórica enquanto partes de um processo que buscou desterritorializar as sociedades indígenas, e posteriormente, tentou induzi-las forçadamente ao “desaparecimento”, com os fins de apropriação de suas terras originárias. A chegada do bandeirante paulista Domingos Afonso Sertão, cuja ação é reconhecida como o início da colonização do Piauí, significou o aprofundamento do contato entre as sociedades indígenas e não indígenas, com vistas à contínua escravização dos índios; ou através do enfrentamento direto, com o objetivo de instalar fazendas de criação. Os contatos entre sociedades coloniais e sociedades indígenas, em território piauiense, ou a narrativa que aos poucos vai se estabelecendo, são perpassados pelas razões de estado de Portugal e, invariavelmente legitimam a ótica dos colonizadores.

O consenso entre estas duas hipóteses de maior aceitação no senso comum: a “dizimação” irremediável através da “colonização” ao mesmo tempo guerreira e pacificadora, levada a cabo pelos bandeirantes paulistas, conduz ao “desaparecimento”,

---

<sup>11</sup> GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Roteiro Cronológico da História do Piauí: 1535 – 1995**. Teresina, Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1996.



obtido através de processos institucionais conduzidas pela sociedade colonizadora, com objetivo de favorecer interesses privados de setores nacionais e regionais dominantes. A estratégia da sociedade colonizadora diferiu apenas em parte dos demais processos de submissão dos indígenas no Brasil. O objetivo, porém, foi o mesmo: submeter os índios ao trabalho compulsório para, em seguida, apossarem-se de suas terras.

Ao final da narrativa os povos indígenas, que até então, que do ponto de vista das narrativas dos viajantes, ocupavam todo o território piauiense, “desaparecem” nas narrativas da história oficial, ao mesmo tempo em que os processos de ideologização desses conflitos estabelecem que os índios haviam sido “exterminados”. De acordo com a historiografia oficial do Piauí, a rendição dos indígenas Pimenteiras, na região sudeste do estado, marca a última fase antes do decreto que oficialmente fez concluir o projeto de se estabelecer uma sociedade civilizada nesta região. O último registro sobre a presença indígena no Piauí foi noticiado no ano de 1850, em jornal da cidade de Pedro II, município da região norte do estado, em área fronteira ao Ceará: um índio alcoolizado era procurado pelo batalhão de polícia da cidade.

No Piauí, as hipóteses da “dizimação” e do “desaparecimento étnico” foram abraçadas pela historiografia oficial numa postura muitas vezes acrítica interessada, que privilegiou a ideologia dos colonizadores e permaneceu até recentemente inquestionável. De uma forma geral, a representação de “índios” no Piauí está vinculada a um misto de “antepassado selvagem” e “índios oficialmente desaparecido”. A representação dos piauienses sobre os índios chegou ao senso comum, misturadas às construções narrativas apregoadas pela história local.

Se esta história por um lado de início valoriza a figura do gentio, que na descrição de Martius sobre os índios do Piauí “eram dos mais robustos e desempenados entre os índios que até agora nos haviam aparecido” (BASTOS, p. 113), como forma de valorizar as origens indígenas inquestionáveis, por outro, repercute a imagem dos índios como “predadores, nômades e guerreiros” (BAPTISTA, p. 91).

Numa outra vertente, os achados arqueológicos em São Raimundo Nonato, região sudeste do estado do Piauí, nos fazem supor ser das mais antigas do Brasil a ocupação da região equivalente ao estado do Piauí (GUIDON, p. 39)<sup>12</sup>. A presença de sítios arqueológicos espalhados em toda a extensão do estado evidencia que,

---

<sup>12</sup> GUIDON, Niéde. “As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 37 – 52.

historicamente, esta região foi sempre um atrativo “natural” para as várias sociedades que ali habitaram. O que explica ter sido o Piauí o último estado do Nordeste a ser devassado pela Colônia e o “desaparecimento” prematuro das populações indígenas em seu território?

De acordo com Luiz Mott (1978)<sup>13</sup>, o trabalho mais antigo que se refere aos índios do Piauí é de 1697. Trata-se da *Descrição do Sertão do Piauí, remetida ao Ilmº e Rvmº. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco*, do Padre Miguel de Carvalho. O texto descreve os principais acidentes geográficos da região recém-descoberta, enumerando todas as fazendas e olhos d’água existentes à época, além de arrolar os “nomes dos Tapuias que têm guerra com os moradores de nossa freguesia de N. Sra. da Vitória”. O Padre Carvalho chega a propor uma distribuição de etnônimos, tomada de viajantes e agentes do estado que mantiveram contato com sociedades indígenas na região.

Segundo o padre os primeiros habitantes da região os Aroachizes, Carapotangas, Aroanguiras, Precatis, Acuruás, Rodeleiros, Beçudos, Bocoreimas, Cupequacas, Cupicheres, Gutames, Gohás, Anicuás, Aranhês, Corerás, Ahtetus, Abetiras, Beirtês, Goaras, Macamasus, Nongazes, Tramambés, Anassus e Alongás, Aruás, Ubatês, Meatãs, Corsias, Lanceiros, Araiês, Acumês, Goaratizes, Jaicós, Jendois, Icós, Urius e Cupinharós. Apesar do valor para a pesquisa sobre povos indígenas do Piauí, esta relação de grupos indígenas, no entanto, traz inconsistente e difuso conhecimento etnológico, salvo raras exceções. Sobre isto é importante afirmar que a etnologia apregoada como histórica do Piauí se constitui mais em um misto de narrativa não indígena interessada, mesclada e voltada a apregoar os efeitos de catastrófico e irremediável desaparecimento das populações indígenas em território piauiense.

É possível observar que mais recentemente, há uma guinada na apreciação destes períodos da história das relações entre sociedades indígenas e não indígenas no estado. Se a construção de uma narrativa histórica da população não indígena sobre o Piauí inicia em 1602, para as populações indígenas ela começa bem antes. BORGES (2006)<sup>14</sup> afirma que existem vestígios e documentos que comprovam a ocupação indígena no litoral do Piauí, entre os séculos XIII e XVII, posteriormente aldeados, no século XVIII. O desencontro entre os documentos e as narrativas que se impuseram pelo

---

<sup>13</sup> MOTT, Luiz. “Etno-história dos índios do Piauí Colonial”. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1978.

<sup>14</sup> BORGES, Jóina Freitas. **A história negada: em busca de novos caminhos**. In: *Coleção Grandes Textos*. Teresina: FUNDAPI, 2004.

discurso é uma das dificuldades a serem superadas, na investigação sobre os índios no Piauí.

De acordo com o *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*<sup>15</sup>, que a mim parece mais próximo do que tenha representado a presença das sociedades indígenas no Piauí, os documentos datados entre 1608 até o século XIX referem-se aos seguintes grupos indígenas em solo piauiense: Aruás, Tremembés, Araiozes, Potiguaras, Tabajaras, Tacarijus, Anapurus, Aranhis, Guanarés, Potis, Gueguês, Acroás, Aruás, Timbiras, Jaicós, Xerentes, Pimenteiras e Cariris. Entre autores da história do Piauí, esta classificação, no entanto, é pouco citada ou quase desconhecida, ou ainda, desconhece outras possibilidades que não sejam aquelas que reiterem o extermínio, o desaparecimento e o silenciamento posterior à colonização.

Assim é que parte considerável da literatura produzida irá tornar-se parte da narrativa aceita sobre o Piauí e será envolvida no esforço de legitimar o desaparecimento dos índios do solo piauiense. Algumas obras recentes sobre os índios no Piauí, apesar de reconhecerem a dinâmica da colonização, que envolveu a escravização dos índios ou mesmo a resistência indígena, no discurso “sepultam” os índios, sob o manto do extermínio. A narrativa histórica sobre os índios ora é contada pelas ora pelos viajantes portugueses, holandeses e franceses, ora pelas tropas de assalto e seus líderes nas bandeiras de combate, ora pela Igreja e seus componentes, posteriormente pela história oficial do estado e “quase” nunca pelos índios. Tal situação tem sofrido modificações desde o final do século XX, com a reivindicação feita inicialmente, pela organização indígena Associação Itacoatiara de Piripiri, desde o ano de 2005, quando foi fundada pelas famílias indígenas Guilherme, Beiju, Colher de Pau e Siana/Bento.

## SOBRE A CONFLUÊNCIA ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO

Neste ponto sobressa uma questão que diz respeito a ação política em perspectiva sempre participativa de um das famílias incluídas no processo de reidentificação, continuado em período posterior à fundação da Associação Itacoatiara, e que assumiu a liderança religiosa de um dos grupos em Piripiri, o pajé Chicão. Pude observar a partir do início do terceiro período de campo, iniciado em 2015, que a

---

<sup>15</sup> NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. IBGE. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória; IBGE, 1981.

liderança religiosa é sempre acionada para dirimir questões que tenham a ver com as famílias indígenas, inclusive junto às autoridades locais, desde a representação aos âmbitos do judiciário local até nas relações com o executivo e o legislativo.

O cacique Zé Guilherme, liderança desde os momentos iniciais da Associação Itacoatiara e vistos como referências locais, quanto em relação às questões dos indígenas do Piauí. Representam também o que a população de Piripiri, senso comum, tem de seus indígenas, consistindo em um tipo de dupla liderança, que busca equilibrar as tomadas de decisão dos grupos, anteriormente relegada somente ao cacique ou aos presidentes da Associação Itacoatiara. A entrada de uma liderança de caráter religioso aponta uma diferença em relação às origens do movimento indígena em Piripiri.

Sobre isto, penso que apenas uma visão ingênua ou excessivamente leiga argumentaria sobre o modo entrelaçado com o qual a religiosidade e a política não se misturam. A partir do século XVI, há muitos exemplos de uma relação complexa entre crenças e posições políticas, e todas apontam em uma direção: a história das liberdades religiosas e políticas, os aspectos necessários e fundacionais de uma série de direitos, como a própria religião, são marcados por conflitos e conciliações que afetam as decisões das pessoas.

Desse modo, entendo que as várias experiências religiosas na modernidade, ou pós-modernidade, são caracterizadas pela pluralidade, permitindo até que as pessoas assistam a diferentes religiões simultaneamente e transitem por diferentes lugares sagrados. Um dos desafios sociais para o pajé Chicão é o que se limita a estabelecer para incorporar diferenças e, ao mesmo tempo, preservar suas identidades religiosas plurais. Parte da reação católica no período moderno – e não se pode esquecer a forte influência das religiosidades católicas na produção da sujeição religiosa no Brasil e no Nordeste – foi a demonstração de uma Igreja militante que buscava combater os hereges e manter sua doutrina.

Quanto maior a demonstração dessa força, com rituais exaltados, maior o medo da instituição e maior a propaganda que foi feita contra a própria Igreja, como nos textos de humanistas do século XVI que condenavam práticas como as que organizavam estrutura das sociedades indígenas no Nordeste. A defesa da liberdade religiosa acirrou o debate entre os intelectuais e contribuiu para a perda de prestígio da Igreja Católica e o crescimento de outros e grupos religiosos<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O pajé Chicão já pertenceu à igreja evangélica, tendo inclusive sido pastor, pertenceu à Renovação Carismática Católica (RCC) e é homem de terreiro.

Sugiro que, em relação a alguns líderes indígenas, a criação de uma organização indígena e o surgimento de lideranças indígenas em Piripiri colaborou para fomentar um *continuum* descontínuo de processos graduais de aquisição de sinais identitários que trazem sentido à diferença entre indígenas e não indígenas. Ao mesmo tempo em que, do ponto de vista interno da organização, forneceu a capacidade dos líderes da organização para reivindicar politicamente não apenas a diferença “cultural”, mas a partir de um lugar onde direitos específicos são investidos e acesso a políticas inerentes a essa diferença, e seu caráter étnico, definido aqui como o que o distingue de outros grupos, o organiza por similaridade cultural interna, história comum, tratamento externo semelhante e marcadores étnicos reconhecíveis e identificáveis. Proponho que as reidentificações partam de um tipo de negativo silencioso sobre a diferença, colocado à prova, à medida que avança o processo de aquisição de uma série de camadas de adesão.

O conceito de identidade social formulado por Erikson, de acordo com Cardoso de Oliveira (2000, p. 8)<sup>17</sup> vê a ideologia apenas como uma condição dela própria. De acordo com o conceito concebido pelo Autor, a ideologia é definida como um corpo coerente de imagens compartilhadas ideias e ideais que, baseados em uma *Weltanschauung*<sup>18</sup> implícita, em uma imagem altamente estruturada do mundo, em um credo político ou mesmo em um credo científico (especialmente se aplicada ao homem), ou em um “modo de vida”, fornece aos participantes uma orientação coerente e total, embora sistematicamente simplificada, no espaço e no tempo, em meios e fins (Erikson, 1968)<sup>19</sup>, ignorando o conceito de ideologia como falsa consciência, defendida por Mannheim e Merton.

Desta forma, não há conflito entre a ação política do pajé Chicão e as implicações desta em sua religiosidade que tem a base em sistemas religiosos aparentemente dissonantes. Cardoso de Oliveira aponta elementos das formulações de Poulantzas e Althusser, Berger e Luckmann, na construção do conceito de representação coletiva. O conceito de ideologia formulado por Poulantzas é analisado pelo autor para diferenciá-lo da representação coletiva.

Segundo Poulantzas, as ideologias não podem ser dissociadas da experiência vivida pelos atores, ou seja, não há necessariamente uma reflexão sobre o conteúdo

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 15, n° 42. São Paulo, Feb, 2000.

<sup>18</sup> Compreensão do mundo, em tradução literal da língua alemã.

<sup>19</sup> ERIKSON, Erik H. **Identity, youth and crisis**. New York: W. W. Norton Company, 1968.

ideológico das práticas sociais. Ideologia, então, ao invés de representações coletivas, seria uma forma na qual as representações são assumidas. Presumo que haja o entendimento atual de que o fenômeno da etnicidade lida com “fenômenos diferentes” como “manifestações diferentes do fenômeno”, mas uma base para aquisições produziu o que pode ser denominado um domínio de etnia. Inicialmente a atribuição categorial na dialética provocada pela correlação entre exógeno/endógeno, constituindo o poder de nomear, em que os atores identificam e são identificados pelos demais.

Então os limites do “nós”, produzidos e reproduzidos pelos atores que os manipulam no curso das interações sociais, mais ou menos estáveis, cuja manutenção não depende da permanência de suas culturas. Posteriormente, o que pode ser pensado como a exibição de símbolos de identidade, que codificam a crença em uma origem comum, seguida pela questão do “realce”, que abriga o conjunto de processos pelos quais traços étnicos são destacados na interação social, que grupos étnicos não constituem entidades discretas e homogêneas, nem o processo de modernização condenam os laços étnicos ao desaparecimento.

Deste modo, não apenas a ação política e religiosa do pajé aparece como novidade em relação ao início do movimento de formação da Associação Itacoatiara em 2005, mas acentua a importância do papel que este desempenha em unir as famílias a outros grupos sociais na cidade, e abre espaços para a amplitude da expressão das diferenças étnicas produzidas pela indianidade, além de operar em outros registros como a espiritualidade, e da expressão desta enquanto uma forma de alcançar os interesses da comunidade de indígenas em Piripiri. E de que maneira se une a ação religiosa e política do pajé, aos interesses dos indígenas em Piripiri?

Considerações finais

## PROTAGONISMOS INDÍGENAS NO PIAUÍ

É importante salientar que através de vários meios a sociedade não indígena do Piauí construiu para si e para outras o discurso de aparente superioridade em relação às sociedades indígenas. Compreendo que se esta construção é fruto de um espírito do tempo, também as identificações e reidentificações como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, continuamente reelaborados pelos grupos étnicos, são plausíveis e realidades concretas para os quais não faz mais sentido fechar os olhos e a compreensão.

É factível o deliberado racional dos povos indígenas no Piauí de encobrir suas origens indígenas, a fim de que se legitimassem os propósitos e objetivos da invasão de suas terras e culturas desde os primeiros momentos do contato intersocietário: de início, transformados em escravos, tendo a violência privada e estatal como um dos panos de fundo do processo de relações.

Posteriormente foram utilizados outros meios em seu desfavor, como a interpretação das leis ao sabor dos não indígenas em diversos períodos históricos. Este fato tem vinculação com a própria visão construída sobre indígenas, com o objetivo de que alguns grupos pudessem exercer poder econômico, político e social.

Conforme venho afirmando ao longo deste trabalho, quase nenhuma importância foi atribuída, salvo raras exceções, às atuações dos povos indígenas do Piauí, na busca pela sua autoafirmação, embora desde o início pode-se observar a forte dinâmica multicausada no que diz respeito a sua atuação e luta resistente. Nesta medida o silenciamento sobre nossas identidades étnicas foi sendo erguido gradativamente, ao mesmo tempo em que se construíram os discursos que exaltavam e valorizavam a ação dos invasores não indígenas, em narrativas que muitas vezes que produziram visões preconceituosas e eurocêntricas, suficientemente bem sucedidas em dar conta de responder questões, mas que não respondiam a grande maioria das questões relativas à relação entre sociedades indígenas se não indígenas no Piauí. Principalmente dado ao fato que as primeiras sempre foram era colocadas na narrativa histórica como aquelas que deveriam ser silenciadas do processo pela mera existência diferente, ou ainda incorporadas à massa em processo de construção da identidade nacional e piauiense.

Na verdade, fica evidenciado que estamos ao sabor de processos históricos em constante movimento, este refletor das dinâmicas culturais e política das sociedades em contato, anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. Desta forma, penso que assim como todas as outras sociedades e grupos sociais, somos resultantes e constitutivos do processo sócio histórico e sócio cultural da própria humanidade, não apenas no presente, mas evidências sociais da natureza social dos eventos que nos cercam e que por sua vez refluem no sentido de exaltar nossas existências resistências. Foi assim e o será assim por diante.

## REFERÊNCIAS

- ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. 133 p.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. Teresina, Convênio Editorial Ciências e Letras. Editora UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1994.
- BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.
- BORGES, Jóina Freitas. A história negada: em busca de novos caminhos. In: **Coleção Grandes Textos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- ERIKSON, Erik H. **Identity, youth and crisis**. New York: W. W. Norton Company, 1968
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Roteiro Cronológico da História do Piauí: 1535 – 1995**. Teresina, Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1996.
- GOUSSIAUX, Jean- François. Ethnicité, nationalité, nation. In: ABÉLÈS, Marc. **Anthropologie du politique**. Paris, Colin, 27 – 40 1997.
- GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP p. 37-52, 1992.
- LEIRIS, Michel. “L’Ethnologue devant le colonialisme”, In: **Les Temps modernes**, 6º ano, nº 58, agosto de 1950, p. 357-374.
- MONTEIRO, John M. “O escravo índio, esse desconhecido”. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- MOTT, Luiz. Etno-história dos índios do Piauí Colonial. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1978.
- NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. IBGE. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória; IBGE, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 15, nº 42. São Paulo, Feb, 2000.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme: différence et démocratie**. França, Aubier, 1994.



WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: **Economia e Sociedade** (Vol.1). Brasília, Ed. UnB, 1991.

ZENNER, Walter P. & GMELCH, George. **Urban life**: Readings in the Anthropology of the City. (4th.edition) pp. 179 – 185. Long Grove. IL, Waveland Press, 1996.